

A operação ^{encaminhamento} antidesmonte de Minas

Uma das importantes exigências da Operação Desmonte está sendo questionada pelos governadores, que não querem se submeter à determinação de arcar com o pagamento de 25% dos encargos das dívidas externas dos Estados, limitando-se o governo federal à rolagem de 75% da dívida. O governador mineiro Newton Cardoso almoçou ontem com o presidente José Sarney, no Palácio da Alvorada, e levou a ele esta reclamação.

Segundo Newton Cardoso, os Estados não podem pagar mais do que 10% em nenhuma hipótese, devendo o governo central ficar com a rolagem de 90% dos vencimentos do próximo ano. E adverte: "Se o governo insistir em manter a rolagem em 75%, não elevando-a para 90% como querem os governadores, vai sofrer uma grande derrota política, pois o Congresso Nacional promoverá a mudança".

O governo, no entanto, só aprovará a proposta dos governadores se ela for coerente com a meta de restringir o déficit público do próximo ano a 2% do PIB, afirmou ontem o ministro João Batista de Abreu, do Planejamento. Em todo caso, disse Abreu, os governadores bateram em porta errada, pois devem se dirigir ao Congresso, onde o projeto de lei orçamentária encaminhado pelo governo será votado. "Quem vai estabelecer a estrutura programática do gasto público para o ano que vem é o Parlamento", afirmou. Mas disse também: "Se mandamos a proposta, é claro que vamos fazer a sua defesa até o fim".

Depois de uma audiência que também teve com o ministro Abreu, o governador mineiro observou que mesmo o pagamento de 10% do estoque da dívida dos Estados comprometerá vários projetos em andamento em Minas. Para os Estados, os 25% significam um montante de recursos superior a Cz\$ 2 trilhões, impossível de ser bancado pelos governos estaduais, segundo Newton Cardoso, que se disse porta-voz dos governadores de São Paulo, Rio, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Ceará, Maranhão, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. O governador entregou ao presidente Sarney um documento, mas mais tarde o porta-voz presidencial, Carlos Henrique Santos, disse que o documento tinha apenas a assinatura de Newton Cardoso e foi encaminhado ao exame do ministro Abreu, ex-secretário da Fazenda de Cardoso.

Para o secretário do Tesouro Nacional, Luís Antônio Gonçalves, se houver a rolagem integral das dívidas dos Estados, ou no nível proposto pelos governadores, a União continuará a transferir recursos para os Estados e municípios mais ricos, para pagar obras financiadas com empréstimos externos. Os Estados mais pobres, no entanto, sem acesso ao mercado externo, pagam seus compromissos aqui dentro sem qualquer ajuda do governo federal, disse Luís Antônio Gonçalves.